



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005308-24.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**  
 Embargante: **Paulo Henrique Fernandes de Castro**  
 Embargado: **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Paulo Henrique Fernandes Castro opõe embargos à execução nº 1002541-13.2018.8.26.0566, que lhe move a MRV Engenharia e Participações S/A, alegando excesso de execução, direito à isenção de ITBI que deve ser restituído, direito à redução de 75% do montante pago sob a rubrica taxa de registro.

Embargos recebidos sem efeito suspensivo.

Impugnação oferecida.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Inexiste excesso de execução.

A cobrança está fundada em termo de renegociação contratual e confissão de dívida copiado às fls. 29/32.

A referida renegociação foi necessária porque o contrato originário previra o financiamento junto a instituição financeira, pelo embargante, de R\$ 94.538,00, e segundo consta nos Itens "ii", "iii" e "iv" dos 'considerandos do referido termo de renegociação contratual, o embargante não conseguiu financiar todo esse valor. Isso importou em majoração do seu débito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

perante o embargado, justificando a renegociação que, conseqüentemente, não embutiu juros, ao contrário do alegado na petição inicial.

Tratou-se a renegociação de livre manifestação da autonomia da vontade das partes, gerando-lhes os direitos e obrigações ali indicados, mesmo porque não se identifica qualquer sorte de cláusula abusiva na avença.

Prosseguindo, o direito previsto no art. 52, § 2º do Código de Defesa do Consumidor não se verifica nesta hipótese, vez que o contrato firmado entre as partes não envolve a outorga de crédito ou concessão de financiamento.

Indo adiante, no presente caso o embargante não comprovou o pagamento de quaisquer das parcelas inadimplidas.

Também não demonstrou qualquer erro na planilha de fl. 33.

Já os pedidos de restituição do valor desembolsado a título de ITBI e taxa de registro, não devem ser conhecidos, porque em realidade não constituem matéria de defesa e sim verdadeiro contra-ataque, ou seja, são demandas condenatórias inseridas no bojo dos embargos do devedor, o que não é admissível porque fora do rol inscrito no art. 917 do Código de Processo Civil. Deverão ser ventiladas em ação própria, se o caso.

Rejeito os embargos.

Condeno o embargante nas verbas sucumbenciais, majorando os honorários da execução de 10% para 15%, observada a Gratuidade da Justiça.

P.I.

São Carlos, 11 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**